

PARDOS DO LIVRAMENTO: O CASO DA HOMENAGEM À SÃO GONÇALO GARCIA

Andrea Simone Barreto Dias

Especialista e mestrandia

and-barreto@hotmail.com

Universidade Federal de Campina Grande

Resumo

Em um período de intensas disputas entre o poder civil e o eclesiástico, bem como, graves conflitos de cunho social envolvendo pardos, uma festa constituiu o espaço de embate e demonstração de poder em meio ao emaranhado social que é Pernambuco no período colonial. A homenagem à São Gonçalo Garcia, em Recife de 1745, foi o espaço de articulação das estratégias desses agentes sociais.

Palavras-chave: Conflitos sociais; sociedade; religião.

INTRODUÇÃO

Em 1745 os pardos da irmandade do Livramento de Recife, auxiliados pela irmandade de Nossa Senhora de Guadalupe de Olinda, também constituída por pardos, patrocinaram uma grandiosa festa em homenagem à São Gonçalo Garcia, pardo¹ franciscano, cujo culto em Pernambuco, até aquela data não havia alcançado o espaço público, onde imperava o total desconhecimento sobre a existência de santo de cor parda. Tal homenagem, longe de ser apenas a reverencia ao novo orago de identificação dos pardos, constituiu o espaço de articulação desses agentes sociais: pardos que se enaltecem, religiosos pardos e não pardos e suas ordens, que se utilizam de seu lugar social privilegiado para agir em defesa de uma determinada causa, pensando no sentido de compreender essas instituições religiosas enquanto sistemas simbólicos, fica claro que tais religiosos buscam, a partir de seu lugar, tentar desenvolver uma nova postura por parte da sociedade colonial pernambucana frente aos pardos. Este estudo visa a analisar a atuação dos Franciscanos que aparecem como figuras centrais em meio à esta homenagem, bem como refletir sobre as prováveis causas que levaram os pardos de Pernambuco a se auto-homenagearem neste período em questão. Tenta-se ler as posturas e entender seus significados como sugere Hartog em *O espelho de Heródoto*, uma vez que se utiliza para o presente estudo, a

¹ O termo pardo aqui se utiliza compreendendo-se aquele que participa da cor preta e da cor branca, conforme o significado no vocabulário de Raphael Bluteau, sabendo-se, no entanto, que tal termo adquiriu outros significados em muitos locais do Brasil, conforme explicita Larissa Viana em sua tese de doutoramento “O idioma das mestiçagens: as irmandades de pardos na América portuguesa.

indagação sobre os discursos, sermões declarados, e não apenas descrever acontecimentos, aí a questão da enunciação auxilia a análise aqui proposta, pois o importante no enunciado não é a prova da veracidade do que se fala mas de quem parte a fala e o que ela pretende desenvolver . Para o intento a que este estudo se propõe será necessário nos atermos ao contexto do período onde se detectam diversos casos de embate social envolvendo pardos, bem como as disputas entre o poder civil e o poder eclesiástico, daí a importância em se verificar os significados da nova postura dos Franciscanos, enquanto instituição, que passam a advogar em favor da causa parda, assim como a grandiosa exteriorização da auto estima parda em meio ao festejo dedicado a São Gonçalo Garcia . Privilegiar a dinâmica dessas representações sociais é imprescindível para a compreensão dessa sociedade colonial tão diversamente constituída.

Apesar de focar com intensidade a questão sobre conflitos envolvendo grupos marginalizados socialmente, constituídos por pardos, o que se pretende aqui não é apresentar basicamente uma perspectiva de história vista de baixo, visto ser priorizada uma visão mais ampla que nos possibilite olhar não apenas os grupos marginalizados, mas também as ações de instituições estruturantes, como é o caso das Ordens Católicas, tendo em vista que aquele micro-espço, de onde os agentes sociais aqui analisados agem, está conectado a um nível maior da estrutura social. Nos dizeres de Sandra Jatahy Pesavento(2001, p.9) a estrutura social se compõe de forma contraditória, articula-se de modo desigual e constrói-se no enfrentamento de relações de força. Apesar de serem limitadas as fontes disponíveis de onde se pode abstrair e compor um contexto amplo no qual estavam inseridos os pardos enquanto grupo, categoria marginalizada socialmente, buscou-se oferecer, a partir dos indícios apresentados nas fontes bibliográficas e documentais, um conjunto de questionamentos que permitirá ao leitor um olhar mais apurado sobre o contexto ora estudado e mais especificamente um olhar mais profundo acerca dos significados da atuação dos franciscanos no período colonial em Pernambuco. Destaca-se o fato de que a dificuldade que se apresenta diante da heterogeneidade exposta pela parcela da população pernambucana formada por pardos, apresentada enquanto grupo bastante diversificado, composto por intelectuais, religiosos, artífices entre outros, não impossibilita as inferências realizadas no intuito de atingir o objetivo aqui proposto .

O que se pretende é refletir sobre as posturas dos agentes sociais envolvidos e seus significados neste evento em questão, que foi a homenagem à São Gonçalo Garcia . As estruturas do mundo social, como bem afirma Roger Chartier(2007,p. 27) são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (política, sociais, discursivas) que

constroem as suas figuras. A festa a São Gonçalo Garcia foi o espaço de articulação de pessoas e instituições que apresentavam, a meu ver, motivos diversos para justificar suas práticas, se apropriando de um espaço legitimado por toda a sociedade. Configura este espaço da festa como espaço de articulação de estratégias e táticas. Entendendo-se, aqui, por estratégia a forma e o lugar de onde os Franciscanos, enquanto instituição, se manifestam. Configura espaço de táticas, através dos usos feitos pelos pardos para reivindicar melhor tratamento e inserção social, lembrando que as irmandades envolvidas no patrocínio da festa, Nossa Senhora do Livramento de Recife e de Nossa Senhora de Guadalupe de Olinda, são constituídas em sua maioria por pardos de baixa condição social como afirma o cronista que nos informa com detalhe toda a homenagem, Sotério da Silva Ribeiro². O contexto social de Pernambuco, na primeira metade do século XVIII, nos facilitará a compreensão da discussão que ora é apresentada, seguida da análise da festa que nosso estudo privilegia enquanto espaço de articulação dos agentes sociais.

1. O CONTEXTO SOCIAL DE PERNAMBUCO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XVIII

Pernambuco neste período em questão, primeira metade do século XVIII, era palco de intensas disputas que se revelavam em uma freqüente relação de forças envolvendo diferentes agentes sociais: pardos visando ascensão social e prestígio, em uma sociedade que não se admitia mestiça, buscavam formação intelectual, seguir sacerdócio, ocupar altos postos militares, afinal a patente, segundo as palavras de Raimundo Faoro embranquece e nobilita: negros forros e escravos utilizando estratégias as mais diversas com vistas a melhorar sua vida; disputas entre as diversas Ordens religiosas que aqui atuavam defendendo seus lugares de ação através do prestígio que tinham em meio a um conjunto de indivíduos ávidos por demonstrar, independentemente da fé, o papel que lhes cabia no emaranhado social que era Pernambuco neste período. Havia ainda, é claro, divergências entre esse poder eclesiástico e o poder civil, quando ambos buscam exercer o poder dentro da capitania sem respeitar os limites de atuação que cabia a cada um, o que anteriormente garantia o equilíbrio entre essas forças.

1.1 Algumas Notícias e Considerações sobre os Pardos em Pernambuco Colonial

Conflitos sociais gerados por motivo de cor de pele não é novidade em uma sociedade cuja base econômica era o trabalho escravo africano. A mestiçagem não era coisa tolerada

² Salienta Frei Jaboatão que tal obra seria de um jovem franciscano chamado Manoel da Madre de Deos, havendo um erro de edição ao se atribuir a autoria à Sotério da Silva Ribeiro. Ver Orbe Seráfico Novo Brasilico ou Crônica dos frades Menores da Província do Brasil, p. 369-370, Parte 1ª vol. I.

facilmente e os frutos dessa mistura entre negros e brancos formavam uma parcela social que não se enquadrava nem na parcela de senhores brancos, nem se identificava com a parcela oprimida de negros explorados. Vale salientar que em Pernambuco colonial houve diversos casos de negros e mestiços enriquecidos que se tornaram senhores de escravos e de terras e também comerciantes, como foi o caso de Luis Cardoso, todavia o fato de possuir posses não lhes garantia reconhecimento e ascensão social fácil, sendo bastante complexo a inserção social daqueles que mesmo enriquecidos tem sua origem fora do grupo social considerado a “nobreza da terra”.

No começo do século XVIII, a presença do comerciante ocupa o centro do palco colonial, embora atingido pelo desprezo da nobreza colonial, o que o leva a querer afidalgar-se para conquistar posição social, atacado muitas vezes pela velha concepção portuguesa e européia de que teria enriquecido com o trabalho alheio (FRANÇA, 2000).

Marcus de Carvalho aponta que Recife na primeira metade do século XIX possuía 58% da população composta de negros e pardos, sendo assim a grande maioria de sua população não era branca . Isso nos faz crer que o número de pardos que habitavam Recife, que neste período abrangia algumas áreas rurais, além da cidade propriamente dita, já era bem considerável em fins da primeira metade do século XVIII, que compreende o nosso período de análise.

Apesar de relatar sobre o contexto da sociedade baiana do século XVII, através da análise das produções do poeta Gregório de Matos, Alfredo Bosi nos oferece exemplo do contexto dos pardos que pode servir como ponto para se refletir sobre o contexto pernambucano. Bosi nos dá a notícia sobre as rivalidades entre os pardos e os ditos brancos onde se detecta a crescente ascensão dos primeiros culminando com o também crescente desprezo pela cor que esses últimos passaram a alimentar:

O preconceito de cor e de raça irrompe, cruel, quando surge algum risco de concorrência na luta pelo dinheiro e pelo prestígio. O que era latente e difuso torna-se patente e localizado. Em nosso poeta, o punctum dolens é sempre a questão da honra, privilégio que, no código do antigo regime, só pode ser compartilhado por pares de linhagem. Ora, a diferença de cor é o sinal mais ostensivo e mais “natural” da desigualdade que reina entre os homens; e na estrutura colonial-escravista, ela é um traço inerente à separação dos estratos e das funções sociais. (BOSI, 2000, p. 106).

Numerosas são as notícias de pardos em conflitos com brancos: Serafim Leite nos fala sobre a existência de conflitos envolvendo mestiços em colégios jesuítas que ocorreram por volta de 1680 na Bahia, onde os mulatos e pardos, por motivos invocados, de falta de perseverança e maus costumes, não eram tolerados pelos pais de moços brancos, e deixaram de ser admitidos ao sacerdócio.

Esses conflitos que geraram essa postura de resistência aos elementos mestiços não se restringiu apenas ao clero secular, atingiu também ao clero regular, então existentes no Brasil: Beneditinos, Carmelitas, Franciscanos. Os pardos coloniais reivindicavam tratamento igual ao dado aos pardos de Évora e Coimbra na Metrópole os quais podiam freqüentar as grandes escolas da Companhia.³ O bacharel mulato, Antonio Ferreira Castro, foi impedido de assumir ofício de procurador em 1731 em Pernambuco, devido a sua cor, havendo necessidade do rei D. João V ordenar ao governador da província, que desse-lhe posse, sob a alegação de o defeito de ser pardo não o impedia de assumir tal cargo ,visto ser Antonio Ferreira Castro um bacharel formado.

Em 1742 clérigos pardos do Bispado de Pernambuco fazem requerimento ao rei pedindo o cumprimento das ordens reais e da Santa Sé para que possam ser admitidos, pois a irmandade de São Pedro dos Clérigos do Recife, contrariando o compromisso, impediu a entrada de sacerdotes pardos ou mulatos.⁴ No governo de Henrique Luiz Pereira Freire foi criada a Junta de Justiça Criminal, pela provisão de 20 de outubro de 1735, onde se poderia aplicar sentença de morte a alguns criminosos.⁵ Tal Junta tratava de crimes praticados principalmente por índios, mulatos e negros, como vemos a partir da correspondência ultramarina. Em 1746 há a consulta do Conselho Ultramarino ao rei sobre dúvidas dos ministros da capitania de Pernambuco em cumprir ordem régia acerca dos sentenciados em Junta com pena de morte, aos índios, mulatos e negros culpados por crimes atrozes.⁶

³ LEITE, Serafim. História da companhia de Jesus, tomo V, livro I, cap. IV. São Paulo, Edições Loyola, 2004, p. 211-212.

⁴ Ver requerimento dos Clérigos Pardos do Bispado de Pernambuco ao rei: AHU_ACL_CU_015, ex. 57, D.4943.

⁵ Ver artigo de Francisco Augusto Pereira da Costa: Governadores de Pernambuco, publicado na revista do Instituto Arqueológico e histórico de Pernambuco, em 1902.

⁶ Ver consulta do Conselho Ultramarino ao rei: AHU_ACL_CU_015,CX. 64, D.5433.

O cronista que registrou a homenagem a São Gonçalo, em Recife de 1745, também nos envia notícias sobre este período de instabilidade social na qual viviam os pardos de Pernambuco: talvez para que a pedra de toque de tantas calúnias, e escárnios se conhecesse o mais alto quilate do ouro de sua paciência [dos pardos], para lhes suceder depois mais sobejo o remédio a suas lastimosas angustias (RIBEIRO, 1928).

Não faltaram motivos para que houvesse algum tipo de reação por parte dos pardos em Pernambuco nas primeiras décadas do século XVIII. Daí decorre a intervenção das ordens religiosas, favorecer o espaço e organizar as formas sutis de reação.

1.2 O Clero e o Poder Civil nas Primeiras Décadas do Século XVIII em Pernambuco: algumas notícias de embates pelo poder

A primeira metade do século XVIII, nos informa Riolando Azzi (1992, p.220), marcou para todas as ordens religiosas que trabalharam no Brasil uma fase de grande expansão e poder econômico. A maior parte das ordens já tinha província própria, e algumas completamente independentes do governo de Portugal. As casas e os conventos dos religiosos situavam-se em todos os principais centros de população, exceção feita aos territórios das Minas Gerais, onde houve restrições por parte da Coroa.

Pernambuco, mais precisamente a cidade de Recife, no início do século XVIII, foi palco de intensas disputas relacionadas a questão da autonomia que Recife buscava ao querer se emancipar de Olinda, afinal aquela cidade se fortalecia com o crescente comércio. Muitos imigrantes portugueses aqui se estabeleceram visando formar fortuna disputando com os naturais as possibilidades que se apresentavam. Evaldo Cabral de Mello aponta que em meio a esta empresa que foi a luta entre olindenses e comerciantes de Recife, houve a articulação e enfrentamentos de religiosos e funcionários régios. Ao partido de Recife adere o governador da capitania, Sebastião de Castro e Caldas, figura mal quista pelos religiosos da Capitania, bem como pela Câmara de Olinda, que denunciou ao rei o fato do governador se manter em Recife além do tempo do necessário, entre outras acusações. Cabral de Mello descreve a situação de exasperação que havia entre esses elementos:

A primeira regra de ouro que Castro e Caldas transgrediu foi a da veneração e respeito às “religiões”, isto é, as ordens religiosas, que, em vez de ficarem imunes às rivalidades seculares, haviam mesmo se antecipado à sociedade laica, constituindo-se em focos de agitação, autonomista perante as casas-mãe da metrópole. (MELLO, 2003, p. 226)

Evaldo Cabral de Mello descreve que as desavenças civis e eclesiásticas foram o pano de fundo em se desenhou o que se convencionou chamar Guerra dos Mascates. Articulações de religiosos em Portugal, principalmente os representantes dos Nérís, junto ao monarca português facilitou em muito a decretação de Recife enquanto vila, em 1710. Lembra ainda, este historiador, que esta mesma ordem era a mais poderosa em Pernambuco em termos de riquezas materiais e também grande prestígio de conduta reta junta à população urbana da capitania. Vale salientar que, apesar de inúmeros casos de desregro por parte de muitos frades capuchos, os Franciscanos contavam com a admiração e apóio da população não somente urbana, mas também junto à população rural da capitania, constituindo assim uma ordem bastante hegemônica em Pernambuco, com popularidade em todos os estratos sociais. Os Franciscanos e os Carmelitas atuaram, como os Oratorianos, de forma decisiva na questão do processo de emancipação de Recife. Fernando Pio nos informa sobre carta de D. João V, datada de 1711, agradecendo aos Franciscanos pelos serviços prestados por ocasião do levante contra o governo de Sebastião de Castro e Caldas, apontando-os como relevantes para se apaziguar a fúria dos sublevados. (1939, p.23)

Chamo a atenção para este contexto pois o mesmo serve de exemplo com muita propriedade sobre a questão dos atritos entre o poder religioso e o secular na capitania de Pernambuco.

Evaldo Cabral de Mello nos informa ainda outros casos sobre a pauta que ora discutimos, entre Montebelo e D. Matias de Figueiredo, governador e Câmara de Olinda, envolvendo o dito bispo, onde todo o desentendimento transparece no plano simbólico como lugares ocupados em procissões, missas, ao contrário do ocorrido entre D. Manoel Álvares da Costa e o governador Sebastião de Castro e Caldas que colocava em risco até a ordem pública tal a intensidades das intrigas entre o governador e o bispo, onde o presente governador chega a sitiar conventos.

O governo de Henrique Luiz Pereira Freire, que se estende de 1737 a 1746, foi marcado por intensos conflitos com o bispo diocesano D. Frei Luiz de Santa Thereza na disputa pelo poder na capitania de Pernambuco. Há um requerimento do Bispo de Pernambuco, Frei Luiz de Santa Thereza, ao rei, com data de 1745, pedindo que não se leve em consideração as acusações do governador Henrique Luiz Pereira contra ele e os eclesiásticos.⁷ A atitude do Bispo demonstra o quão exasperados estavam os ânimos entre a Igreja e o poder civil em Pernambuco.

⁷ Ver requerimento do bispo de Pernambuco(Frei Luis de Santa Thereza) ao rei: AHU_ACL_CU_015, CX. 61, d. 5242.

2. A FESTA EM HOMENAGEM À SÃO GONÇALO GARCIA: RECIFE, 1745

Foi nesse contexto, de exasperação de ânimos, entre o poder civil e o eclesiástico, que ocorreu a grande festa dos pardos em homenagem a um santo de sua cor. O culto a um santo pardo não era praticado em Pernambuco até quase a segunda década do século XVIII. A imagem de São Gonçalo Garcia chegou em Pernambuco aproximadamente em 1715 trazida de Portugal por Antonio Ferreira, que a conservou em casa até a sua morte. Por ocasião da festa de 1745, tal imagem se encontrava no Oratório do Sindico dos Religiosos de Santo Antonio do Recife, Manoel Alves Ferreira. Por parte da população recifense havia várias dúvidas acerca da cor da pele de São Gonçalo Garcia, muitos questionavam se poderia haver santo realmente pardo. O termo pardo já era utilizado de forma pejorativa.

Frei Jaboatão, por seus conhecimentos intelectuais será bastante abordado acerca das origens de São Gonçalo Garcia e sua cor e não economizará falas em seu longo sermão de homenagem ao Beato Gonçalo Garcia deixando clara a sua origem mestiça e sua condição de pardo. Todos os cronistas que se referiram a essa festa a apontaram como grandiosa. Era preciso sim, externar de forma inquestionável a fé ao santo pardo, a novíssima celebridade da capitania, de acordo com os cronistas Frei Jaboatão e D. Domingos do Loreto Couto. A maioria dos patrocinadores da festa eram filiados a Irmandade de Nossa Senhora do Livramento, havendo também a participação dos pardos da Irmandade de Nossa Senhora de Guadalupe, como anteriormente explicitado.

É importante destacar o papel das irmandades na vida social da Colônia, existindo tais organizações leigas desde as primeiras décadas da nossa colonização, afinal o projeto religioso andava lado a lado com o projeto colonizador. Sobre isto sintetiza Eduardo Hoornaert:

O Brasil católico nasceu sob o signo das irmandades ou confrarias, também chamadas ordens terceiras. Estas irmandades exprimem o desejo, por parte do povo, de formar comunidades, de não se deixar reduzir a uma simples massa anônima e manipulada segundo os ditames da cultura dominante. (HOORNAERT, 1992, p. 383)

Segundo Larissa Viana, se referindo a irmandades de pardos, tais instituições serviram como palco de construção da identidade desses indivíduos de cor. Antonia Aparecida Quintão ao estudar irmandades de negros e pardos também afirma constituírem os espaços

dessas irmandades como de aglutinação de interesses em comum desses indivíduos que muitas vezes dissociados dos familiares, pelos interesses do sistema escravista, encontram no seio das irmandades ambiente propício para se constituírem enquanto indivíduos unidos com uma só identidade, além da cor da pele, a religiosa. Para a autora, Antonia Aparecida Quintão, tal apego a religião católica não constitui uma incoerência, ao contrário, afirma a luta desses indivíduos de cor para se auto afirmarem enquanto pessoas que buscavam inserção social e a irmandade fornecia esses meios de expressão. Mesmo que não fosse a intenção das ordens religiosas que as promoviam, as irmandades de negros e pardos foram espaços de manutenção das tradições da cultura africana e da identidade desses indivíduos marginalizados socialmente.

Localizadas muitas vezes em áreas pouco valorizadas e distantes dos centros urbanos, as irmandades de negros e pardos, apesar das dificuldades financeiras, visto como já foi citado, serem constituídas por pessoas de pouco poder aquisitivo, costumavam ser bastante solidárias entre si, dividindo até mesmo igrejas e outros espaços. Em Pernambuco esta solidariedade é vista na organização da festa em homenagem à São Gonçalo Garcia.

Tal solidariedade entre as Irmandades de pardos de Nossa Senhora do Livramento de Recife e de Nossa Senhora de Guadalupe de Olinda, se fez necessária pela grandiosidade do projeto dos pardos de Pernambuco: externar e amplamente divulgar o culto a um santo de cor mestiça, e ao mesmo tempo buscar afirmação e prestígio social. Kalina Vanderlei Silva nos descreve quão complexo era o significado das festas públicas no período colonial, principalmente as vinculadas ao culto religioso:

O prestígio e a honra eram adquiridos e reafirmados através de demonstrações públicas de devoção (caso das procissões e festas religiosas), e da ostentação e pompa pessoal (caso dos altos investimentos pessoais nas igrejas e vestimentas e adornos). Assim, as vultosas doações às irmandades e igrejas para organização de festas e procissões, e os investimentos em vestuário, jóias e escravos suntuários, garantiam a elevação do prestígio social de cada um, e logo, lugares de honra nas celebrações públicas. (SILVA, 2006)

3. OS OLHARES SOBRE A FESTA EM HOMENAGEM À SÃO GONÇALO GARCIA

Os franciscanos desempenharam importantíssimo papel em meio a esta homenagem, pois constroem um discurso favorável em defesa dos pardos, apontando a cor parda como a cor mais perfeita e criticando aqueles que insistem em depreciar os pardos, pelo simples acidente da cor. Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, pelo conteúdo de seu sermão proferido nesta festa, se constituirá na figura central de nossa análise, assim como o autor da *Summula Triunfal*, obra esta que registra com riqueza de detalhes toda a homenagem ao santo pardo São Gonçalo Garcia, além de ser um veículo de denúncia da situação em que viviam os pardos dentro da sociedade pernambucana. Existe uma controvérsia em relação a autoria da *Summula Triunfal*. Tal obra saiu impressa com o nome de Soterio da Silva Ribeiro, todavia o historiador franciscano, Frei Jaboatão, aponta que essa obra se deve a um jovem franciscano, recém professo chamado Frei Manoel da Madre de Deos. Mesmo admitindo a autoria de Manoel da Madre de Deos irei me dirigir a tal obra utilizando o nome que consta na publicação, o de Sotério da Silva Ribeiro.

3.1 Um olhar sobre a festa através da Summula Triunfal

A *Summula Triunfal* nos proporciona mais um olhar sobre o evento em questão, descrevendo todas as etapas da festa. Em várias ocasiões o autor da *Summula Triunfal* aponta serem os pardos os principais patrocinadores da festa, tendo estes muitas dificuldades e atropelos para a realização do evento. O autor nomeia as respectivas participações dos irmãos pardos através das doações e organização dos “carros alegóricos” chegando ao total de quinze carros ricamente decorados, tendo cada um registrado o nome do irmão patrocinador.

Outro fato comum a uma grande e importante festa religiosa era a participação de todas as Ordens religiosas presentes na capitania, além é claro da “nobreza da terra” e do governador. Além desse desfile de ricos carros alegóricos, houve a cavalcada, que se fez a custa da Irmandade de Nossa Senhora de Guadalupe de Olinda. Uma outra etapa da festa que Soterio nomeou “Academia” onde as pessoas que participavam eram as que portavam bilhete de convidado ou eram então pessoas mais distintas.

Nesta etapa da homenagem que Sotério denominou de “Academia” se ouviam os sermões, as glosas, os motes etc, pois se tratava da intelectualidade da capitania e suas produções. Fica latente a intenção dos religiosos e demais participantes ativos da homenagem através do mote geral que era repetido a cada glosa: *Foi Gonçalo de Jesus tão perfeito imitador, que acaba por seu amor também com morte de cruz.*

Ora, associar o beato pardo Gonçalo Garcia à Jesus e seu sacrifício em prol de todos, tinha como clara intenção, tornar a cor parda melhor vista pelos demais cristãos pernambucanos. Tal atitude expressa a necessidade de defesa dos pardos, que eram vítimas de ataques e calúnias por parte de uma sociedade altamente preconceituosa que negava sua própria condição de mestiça. O aumento de tais conflitos sociais na Colônia poderia ocasionar ameaça de maiores proporções no futuro, colocando em cheque o próprio projeto colonial e isso constituía uma preocupação para a Metrópole, daí a justificativa da atuação das ordens religiosas.

Em relação, ainda, à ação das irmandades de pardos nos diz Rita de Cássia Barbosa de Araújo que considerável contingente de mulatos livres, que se encontrava num processo de mobilidade social e cultural ascendente e que buscava reconhecimento social e político condizente, segundo suas aspirações, com a nova condição, encontrou nas festas, de redentora dos pardos chamada, um momento especial para se fazer ver ouvir, exibir a capacidade de organização do grupo, consolidar posições e prestígios conquistados e buscar outros ainda não alcançados.

3.2 O sermão de Frei Jaboatão

Em sua obra *Orbe Seráfico, Novo Brasilico ou Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil*, que será publicada anos depois do evento em questão, Frei Jaboatão já aponta a sociedade brasileira com mestiça desde seu início. Tal postura crítica de Jaboatão em relação a composição de nossa sociedade já pode ser detectada através do sermão cujo título é *Discurso Histórico, Geográfico, Genealógico, Político, e Encomiástico recitado em a nova celebridade que consagrarão os Pardos de Pernambuco ao Santo de sua cor: o Beato Gonçallo Garcia*.

O historiador franciscano Frei Jaboatão, primeiro busca não deixar dúvidas quanto a origem mestiça do beato franciscano Gonçalo Garcia, apontando como inaceitável o tratamento que pardos recebem em Pernambuco afirmando que esse desprezo lançado aos pardos se reflete na aceitação da existência de um santo com a mesma cor e acidente. Jaboatão admite que a aparição do santo e seu culto foi surpresa orquestrada.

Nunca os pardos esperaram menos um santo da sua cor do que na presente ocasião, e nunca tanto como agora os apuraram, e apertaram mais as atribuições dos caluniadores de seu nome, e por isso, nunca tanto como nesta ocasião se faria neles mais apetecido um santo de sua cor. Pois agora, diz o Senhor, agora é tempo, já chegou o dia. Agora sim, que

cresceram, e chegaram a seu termo as calúnias do vosso Nome... agora é o tempo de se publicarem as vossas glórias... (JABOATÃO, 1758, p.172)

Ora, o privilégio de ter o único santo pardo conhecido era da Ordem Franciscana. A imagem havia chegado em Pernambuco décadas antes e seu culto nunca foi incentivado, ao contrário, era silencioso, envergonhado, como nos fala o autor da *Summula Triunfal*. Após a morte daquele que trouxe a imagem de Portugal, a mesma será entregue aos franciscanos que agora se levantam como os principais mediadores desse conflito étnico centenar aqui na Colônia.

Jaboatão, sendo o porta-voz da Ordem Franciscana, parece também representar a outros religiosos, uma vez que os problemas das diferenças das cores era um mal que atingia também a todas as ordens, visto serem as mesmas resistentes ao ingresso de pleiteantes a religiosos, pardos e negros. Tal atitude fazia nascer descontentamentos e instabilidades sociais indo de encontro a missão que tinham as ordens religiosas estabelecidas na Colônia, a de manter os ânimos das massas apaziguados. De acordo com próprio Jaboatão, em seu sermão, tal situação em que vivia a sociedade pernambucana pedia uma intervenção urgente em favor dos pardos, que como foi dito na introdução não era grupo homogêneo, sendo constituído também por intelectuais, os quais alguns religiosos que participaram ativamente da homenagem ao Santo Pardo, como foi o caso do pardo Felipe Nery da Trindade natural de Serinhaém, religioso do Hábito de São Pedro. Como nos informa Fernando Pio, foi Juiz da confraria de Nossa Senhora do Livramento de Recife em 1761, participou enquanto religioso e intelectual na homenagem à São Gonçalo Garcia em 1745. Parece ter sido a festa, de homenagem à São Gonçalo Garcia, capaz de aglutinar diversos grupos e interesses, que quando melhor analisados permitirão entendimentos mais concretos acerca da sociedade colonial pernambucana.

CONCLUSÃO

A religião configura neste caso, enquanto sistema simbólico, o espaço propício para se desenvolver uma postura mais harmônica e simpática à causa dos pardos. Tal atitude representa diante do contexto político do período, uma demonstração de força da Ordem Franciscana que chama para si a responsabilidade de intermediar uma situação de grave tensão social, advogando em favor dos pardos, se colocando em posição contrária a muitos interesses que há séculos afirmavam a cor parda como defeito e acidente, afirmam-na como

a mais perfeita dentre todas as outras cores, pois transita entre ambas as cores, a branca e a preta. Vale salientar que postura comum entre todas as ordens religiosas que aqui se instalaram era impor a condição de pureza de sangue aos que desejavam ingressar na vida religiosa, como vem explicitado nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que regia a vida de todo o clero colonial. Vale reafirmar que como as outras ordens aqui estabelecidas, a Ordem Franciscana, participa desse processo de marginalização de grande parcela da sociedade colonial brasileira, constituída por negros e pardos, daí o necessário estudo acerca da atuação dessa ordem, que como, no recorte ora analisado demonstra, tal Ordem neste evento tenta promover a inserção de pessoas de cor, oriundas do processo de mestiçagem biológica, em meio à sociedade pernambucana, apresentando com isso postura dúbia.

O espaço da homenagem ao Santo Pardo Gonçalo Garcia, santo cujo culto não se propagou em Pernambuco, apesar da grandiosíssima festa ocorrida em 1745, cumpriu um duplo papel, social e político: foi taticamente o palco organizado para o desabafo de um grupo, alvo de inúmeras perseguições, muitas vezes injustificadas em meio a uma sociedade altamente racista, configurando uma demonstração de poder de reação e busca de afirmação social por parte desses pardos que se auto-homenageiam, como bem diz Rita de Cássia Barbosa de Araújo. Assim como, foi também, uma forma de estratégia utilizada para apaziguar os sérios conflitos sociais que ocorriam em Pernambuco neste período, nisso a Igreja, através das ordens religiosas, com destaque para os franciscanos, consegue expor seu sutil mecanismo de controle das massas, tão caro à Coroa Lusitana, demonstrando diante do governo civil da capitania seu poder de fogo.

Abstract

In a period of intense disputes between the civil power and the clergyman, as well as, serious conflicts of social stamp involving brown, a party constituted the collision space and demonstration of power amid the entangled social that it is Pernambuco in the colonial period. The homage to São Gonçalo Garcia, in Recife 1745, was the space of articulation of those social agents' strategies.

Word-key: social Conflicts; society; religion.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcos Antonio de. **A Franciscanização do mundo**. In Anais eletrônicos do Encontro nordestino de história colonial – Territorialidades, poder e identidades na América Portuguesa- séculos XVII a XVIII . João Pessoa, 2006, UFPB.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de . **O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português XVI-XVIII**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2005.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de . **A redenção dos pardos: a festa de São Gonçalo Garcia no Recife, em 1745**. In JANCSÓ, ISTVÁN E KANTOR, IRIS(Org.) . Festa, cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

AZZI, Riolando, et al. **História da Igreja no Brasil** (Primeira Época, tomo II, vol. I). Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia: Os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Editora Universitária da UFPE. 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel . 2002.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. In **Revista do Instituto Archeologico e Geográfico de Pernambuco**. vol. X, 1902.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982.

COUTO, Domingos do Loreto. **Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**. Recife: Fundação da cultura Cidade do Recife, 1981.

FAORO, RAYMUNDO. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Vol. I São Paulo: Globo, 2000.

FRANÇA, Anna Laura Teixeira **“Nobreza da terra”**: representações do poder no **Pernambuco Colonial**, in SILVA, Kalina Vanderlei (org). Ensaios culturais sobre a América açucareira. Série Publicações eletrônicas do GEHSCAL, Vol. 1.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978.

HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der et al. **História da Igreja no Brasil** (Primeira Época, tomo II, vol. I). Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria.. **Jaboatão mystico em correntes sacras dividido**. Lisboa: Oficina de Antonio Vicente da Silva. 1758.

JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. **Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil**. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus**, tomo V, livro I, cap. IV. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LINS, Raquel Caldas Lins; ANDRADE, Gilberto Osório de. **São Gonçalo Garcia: um culto frustrado**. Recife: Massangana, 1986.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PIO, Fernando. **Apontamentos Biográficos do Clero Pernambucano**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994.

PIO, Fernando. **O Convento de Santo Antonio de Recife e as fundações franciscanas em Pernambuco**. Recife: Oficinas Gráficas do Diário da Manhã, 1939.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Lá vem o meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (Século XVIII)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

RIBEIRO, Soterio da Silva. **Summula Triunfal da nova e grande celebridade do glorioso e invicto martyr São Gonçalo Garcia**. in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 99, vol. 153, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Cerimônias públicas de manifestações de júbilo: símbolos barrocos e os significados políticos das festas públicas nas Vilas Açucareiras de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII** in Ensaios Culturais sobre a América Açucareira. Série Publicações eletrônicas do GEHSCAL, vol. I.

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem: As irmandades de pardos na América Portuguesa**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.